

CAPÍTULO 13

Identidade moral: um sistema de representações de si que integra valores morais

Marco Antonio Morgado da Silva

Ulisses Ferreira de Araújo

13.1 Introdução

Escolher a vida que se quer levar em um mundo no qual as ações individuais e coletivas impactam a vida do outro requer fazer escolhas apoiadas em critérios que permitam qualificar uma opção de conduta como moralmente preferível, ou seja, de maior valor moral. Neste texto, a moral é entendida como um construto social constituído por um conjunto de normas, ideais de vida e critérios de comportamento que foram negociados e construídos historicamente com a função de regular as relações interpessoais e sociais, visando ao bem comum, à otimização da convivência e ao impacto positivo de nossas ações na vida de terceiros, seja um indivíduo, um grupo social, o conjunto da sociedade ou mesmo os sistemas ecológicos (Habermas, 1999; Vázquez, 2012). Os valores morais, por sua vez, referem-se aos princípios subjacentes às normas, ideais de vida e critérios morais que são considerados de maior valor (mais importantes) por uma sociedade, um grupo de pessoas ou indivíduos. Compreendem tanto conteúdos morais relativos à dimensão privada

da moralidade (cuidado e responsabilidade com o próximo, por exemplo) como à dimensão pública (bem comum e direitos humanos, por exemplo).

A concepção dominante da moral para o senso comum e para muitos estudiosos da filosofia e psicologia é de que a moral é uma agência constrangedora dos valores, necessidades e propósitos do indivíduo. Considera-se, ao pensar assim, que a obrigação em agir moralmente e os objetivos pessoais são dimensões dissociadas (e, por vezes, conflitantes), e que a ação moral resultaria da coerção que as normas sociais exercem sobre o eu (Freud, 1929/2011), da submissão de si mesmo a um princípio moral e/ou da abnegação altruísta aos próprios desejos e interesses (Kant, 1797/2008; Kohlberg, 1989; Schwartz, 2005).

Entre os anos 1980 e 1990, os trabalhos de Blasi (1983), Damon (1984) e Colby e Damon (1992) deflagraram um outro olhar sobre essa concepção e inauguraram um novo campo de pesquisas na psicologia moral ao propor que as ações morais não seriam, necessariamente, resultado da renúncia das pessoas aos próprios interesses em favor de valores morais, mas poderiam resultar justamente da coordenação entre valores morais e objetivos e compromissos pessoais. Segundo esses autores, valores morais são parte da definição que algumas pessoas fazem de si mesmas, de seus princípios, objetivos e compromissos mais importantes. Estão, portanto, integrados ao self – sua representação de si – e, por isso, são importantes definidores de suas identidades pessoais. A integração de valores morais à representação de si, não obstante, varia entre as pessoas: para umas é mais central, ao passo que para outras, é mais periférica. A centralidade de valores morais para a representação de si é o que define uma identidade moral.

De acordo com essa perspectiva, a integração de valores morais à representação de si é um componente fundamental do funcionamento moral e uma importante chave explicativa para a motivação das ações morais. Quanto mais central forem valores morais para uma pessoa, maior será a influência que irão exercer sobre seus juízos, sentimentos e ações.

Desde a inauguração desse campo de estudos, uma série de pesquisas foram desenvolvidas sob diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas, cada uma imprimindo um enfoque particular sobre a identidade moral (Aquino & Reed, 2002; Damon & Colby, 2015; Frimer & Waker, 2009; Hart & Fegley, 1995; Hertz & Krettenauer, 2016; Krettenauer, 2020; Kristjánsson, 2009; Lepsley & Stey, 2014; McAdams, 2009; Pratt *et al.*, 2009).

Se, por um lado, as convergências entre esses estudos provêm consistência ao construto da identidade moral, suas diferenças, para além de constituírem um palco de debate, sugerem que se trata de um fenômeno complexo e multidimensional, que

pode ser apreendido e manifestado de diferentes maneiras, como se verifica em revisões da literatura (Hardy & Carlo, 2011; Jennings *et al.*, 2015; Silva & Araújo, 2020). A necessidade de avançar para abordagens teóricas e metodológicas integrativas tem sido reivindicada a fim de ampliar a compreensão da identidade moral e explorar sua complexidade (Hardy & Carlo, 2011; Jennings *et al.*, 2015).

Partindo de uma perspectiva integradora no estudo da identidade moral, este texto apresenta uma proposição conceitual que define a identidade moral como um sistema de representações de si que integra valores morais com centralidade. Iniciamos o percurso a seguir com uma breve sistematização de algumas das principais perspectivas de estudo sobre a identidade moral. Na sequência, delimitamos o conceito de identidade que alicerça nossa proposição conceitual para, então, apresentar as referências, os argumentos e as bases empíricas que a fundamentam. Concluímos sistematizando as premissas que se desdobram dessa perspectiva e tecendo breves considerações sobre suas contribuições para o estudo da identidade moral.

13.2 Pesquisa

13.2.1 *Perspectivas sobre a identidade moral*

Pioneiro nos estudos sobre identidade moral, Damon (1984) identificou em suas pesquisas que a representação de si e a moralidade são sistemas conceituais diferentes, mas na transição da infância para a adolescência passa a ocorrer, gradativamente, a possibilidade de integração entre tais sistemas, o que pode ocorrer em diferentes níveis. Alguns anos depois, e Colby e Damon (1992), em pesquisa desenvolvida com pessoas que têm grande compromisso social, constataram que para a maioria delas a moral e a identidade estão parcialmente integradas, às vezes apresentando unidade e às vezes conflito, mas alguns indivíduos apresentam maior integração entre a moral e a identidade.

De modo semelhante, Blasi (1983) demonstrou que o julgamento de responsabilidade moral e o sentimento de que uma ação moral é necessária depende de quão importantes são os valores morais para a identidade. Blasi (1995, 2004) argumenta que valores morais se integram à identidade por meio do vínculo dos indivíduos com tais valores, os quais estabelecem relações com outros tipos de valores na representação de si. Nesse sentido, os graus de integração de um valor moral à identidade dependerão: i) da coordenação com outros elementos ou subsistemas das representações de si; e ii) de como ele se posiciona em sua hierarquia de preferências.

Em linha complementar, Frimer, Walker e colaboradores (Frimer & Walker, 2009; Frimer *et al.*, 2011) propõem que a identidade moral e a motivação moral podem

ser alcançadas pela integração entre valores voltados ao interesse próprio e valores morais, que geralmente estão em conflito. Em suas pesquisas, os autores identificaram que a mobilização espontânea de valores morais (benevolência, justiça social e preservação ecológica), bem como a capacidade de coordenar valores voltados ao interesse próprio (poder, bens materiais e realização pessoal), previram positivamente a motivação para comportamentos pró-sociais.

Lapsley e Narvaez (2004; Lapsley & Hill, 2009) apresentam outra perspectiva sobre o funcionamento da identidade moral, que aporta novas contribuições aos estudos sobre esse construto. Com base em uma abordagem sociocognitiva, os autores concebem que a identidade moral se manifesta na acessibilidade crônica de esquemas morais para a identidade. Segundo eles, se esquemas morais (como conceitos, episódios, roteiros de ação e protótipos) são centrais e importantes para a identidade pessoal, eles tenderão a ser salientes, cronicamente acessíveis e facilmente ativados na interpretação e ação do sujeito nas diferentes situações sociais com as quais ele interage. A importância e a acessibilidade dos esquemas morais para a identidade pessoal demonstraram ser componentes definidores de uma identidade moral e preditores de atitudes e comportamentos morais (Aquino *et al.*, 2009; Hertz & Krettenauer, 2016; Lapsley & Stey, 2014).

Também tributários da abordagem sociocognitiva, Aquino e Reed (2002) desenvolveram um modelo metodológico amplamente utilizado para estudar a identidade moral (Hertz & Krettenauer, 2016). Os autores definem a identidade moral como um tipo de identidade social, entre outras, que o sujeito adota para definir a si mesmo. É algo como um esquema generalizado de si constituído por traços morais (ex.: ser uma pessoa justa, generosa, etc.), que pode ter maior ou menor importância para o sujeito. O modelo foi corroborado por mais de sessenta estudos (Hertz & Krettenauer, 2016; Lapsley & Stey, 2014), atestando que quanto maior a importância que o indivíduo atribui aos traços morais que definem sua identidade moral, maior a possibilidade de que esses traços sejam desencadeados em diferentes situações e estejam associados a julgamentos e ações morais.

Para outros autores, a identidade moral se manifesta (e pode ser definida) pela representação de eventos moralmente relevantes na memória do sujeito e na sua narrativa autobiográfica (Hardy & Carlo, 2011; Lapsley, 2010; McAdams, 2009; Pratt *et al.*, 2009). Uma vez que a narrativa de vida é uma expressão básica da construção da identidade (McAdams, 2009, 2018), esses autores argumentam que uma identidade moral pressupõe, entre outras coisas, uma narrativa autobiográfica na qual as representações morais do passado, presente e futuro aparecem como um organizador fundamental do senso de si mesmo.

13.2.2 O conceito de identidade

As formulações teóricas e os estudos empíricos discutidos nas seções anteriores revelam que a identidade moral é um fenômeno complexo que se manifesta de várias maneiras e cujo funcionamento pode ser compreendido por meio de diferentes abordagens. Embora sejam perspectivas diferentes, lidam com o mesmo fenômeno e podem se complementar a fim de proporcionar uma compreensão mais abrangente, profunda e multifacetada da identidade moral.

Por intermédio de uma leitura integrativa desses e de outros estudos, apresentaremos a proposição de que a identidade moral pode ser conceituada como um sistema de representações de si que integra valores morais com centralidade. Iniciaremos este percurso conceituando a identidade, já que os estudos de identidade moral nem sempre definem explicitamente o conceito e é comum encontrar uma indiferenciação com o conceito de self moral (Kingsford *et al.*, 2018) – que sintetiza a ideia de integração de valores morais às representações de si.

A definição de identidade que fundamenta este texto é baseada no trabalho de Erik Erikson (1968). De acordo com a perspectiva fundada pelo autor, a identidade é uma configuração mais elaborada e madura da representação de si, caracterizada pelo compromisso do indivíduo, construído à base de um processo ativo de exploração, com certos domínios de conteúdo (por exemplo: moralidade, família, carreira, religião, etc.) considerados centrais em suas representações de si e que lhe dão um senso de unidade psicossocial e uma compreensão de seu papel social (Blasi & Glodis, 1995; Erikson, 1968; Marcia, 1966; McAdams, 2001; Moshman, 2011; Schwartz *et al.*, 2015).

Conforme indicam diversos estudos, a identidade começa a se constituir no início da adolescência (cerca de 12 anos), mas é somente no final desse período, e especialmente no início da vida adulta, que ela será mais ativamente elaborada e adquirirá contornos mais definidos (Blasi & Glodis, 1995; Cramer, 2017; Erikson, 1968; Fadjukoff *et al.*, 2016; Harter, 2012; Moshman, 2011; Schwartz *et al.*, 2015). Estes e outros estudos (Damon, 1984; Moshman, 2011) convergem para indicar que a integração de conteúdos morais na identidade começará a acontecer, como uma possibilidade, a partir da adolescência. Isso não significa que antes dessa época, na infância, os conteúdos morais não poderiam fazer parte da representação de si (Krettenauer, 2022; Lapsley, 2010; Thompson, 2009), mas que é a partir da adolescência que eles podem ser organizados de forma mais coesa e sistêmica na autodefinição, sendo reconhecidos pelo sujeito como algo do qual depende sua integridade pessoal, constituindo um compromisso pessoal e orientando o propósito de sua existência no mundo. Em outras palavras, do ponto de vista do desenvolvimento,

concordamos com Kingsford e colegas (2018), e Krettenauer (2018), que uma criança pode ter um self moral – uma vez que pode pensar em si mesma sob critérios morais, bem como sentir culpa e vergonha –, mas apenas um adolescente ou um adulto pode ter uma identidade moral.

Na constituição de uma identidade, pode haver a integração e coexistência de conteúdos de diferentes domínios (Fadjukoff *et al.*, 2016; Harter, 2012; McLean *et al.*, 2016; Moshman, 2011; Schwartz *et al.*, 2015; Silva & Danza, 2022) na medida em que se tornam valores para o sujeito e atuam como elementos organizadores de sua representação de si e de sua ação no mundo. O grau com que cada um se preocupa e se compromete com conteúdos de diferentes domínios pode variar e mudar ao longo do tempo (Fadjukoff *et al.*, 2016; McLean *et al.*, 2016; Schwartz *et al.*, 2015).

Ainda no que concerne à conceituação da identidade, cumpre acrescentar as contribuições de Markus e Wurf (1987) e Harter (2012). Os autores argumentam que a identidade pode ser considerada como um sistema de representações de si que interagem e se coordenam entre si na configuração de um sistema coeso. É um fenômeno multifacetado composto de protótipos, teorias, imagens, concepções, esquemas, objetivos, tarefas, memórias, entre outras coisas, que integram diferentes domínios de conteúdo considerados centrais pelo sujeito. Nesse sentido, apesar de ser possível falar em representação de si enquanto um esquema geral e supraordenado de si mesmo, em um nível profundo do funcionamento psicológico cada sujeito constitui diversas representações de si. Essa definição é central para a conceituação da identidade moral que propomos na seção seguinte.

13.2.3 *Identidade moral: um sistema de representações de si que integra valores morais*

Nas seções anteriores, vimos que a identidade moral é definida, em termos gerais, pela centralidade de valores morais para a representação de si e que a identidade moral é um fenômeno complexo e multidimensional, que pode ser apreendido e se manifestar de diferentes maneiras.

À luz de uma perspectiva integradora (Silva & Araújo, 2020), no presente texto propomos que a identidade moral pode ser concebida como um sistema de representações de si que integra valores morais com centralidade. Nos parágrafos seguintes, exploraremos esta proposição em detalhes, começando pelo processo de construção e integração de valores. Na sequência, abordaremos a centralidade dos valores no sistema de representações de si.

Neste capítulo, partimos do pressuposto de que os valores morais são integrados na identidade na medida em que o sujeito estabelece um vínculo afetivo com

conteúdo morais e os intelectualiza (Piaget, 1954), tornando-os parte das suas representações de si (Blasi, 1995; Colby & Damon, 1992; Damon, 1984). Este processo de integração de valores morais nas representações de si, e a possível construção de uma identidade moral, está sujeito a múltiplos fatores individuais e sociais.

Há várias explicações possíveis para o processo de construção de valores, que não são excludentes entre si, mas podem constituir ângulos de análise diferentes e complementares sobre um mesmo processo: a assimilação, já na infância, de esquemas morais à memória autobiográfica e à personalidade, como consequência da orientação de cuidadores e das trocas afetivas estabelecidas com eles (Kochanska et al, 2007; Lapsley & Narvaez, 2004; Lapsley, 2010); a assimilação de determinados guias culturais por meio do envolvimento em práticas morais (Power, 2004; Puig, 1998); a construção de conhecimentos morais que o sujeito interioriza como parte de si mesmo (Blasi, 1984); a realização de ações morais ou imorais por meio das quais o sujeito se reconhece como um agente moral (Colby & Damon, 1992; Lapsley, 2010; Pratt et al, 2003; Yates & Youniss, 1999); a coordenação entre interesses individuais e morais como solução adaptativa ao conflito entre tais interesses (Frimer & Walker, 2009); a exploração dos papéis, crenças, ideologias e valores disponíveis no ambiente cultural por um jovem como forma de inserir-se no mundo adulto e conferir unidade e propósito à sua identidade (Damon, 1984; Erikson, 1966; Marcia, 1966; Schwartz et al, 2015); e identificação com os valores e práticas de um determinado grupo social, constituindo um tipo de identidade social (Moshman, 2011) que pode tornar-se um importante esquema de si mesmo para o sujeito (Aquino & Reed, 2002).

Seja por essas ou outras formas, a integração de valores morais nas representações de si resultará do estabelecimento de um vínculo afetivo com conteúdos morais e da compreensão deles como importantes reguladores da vida moral para que o sujeito os aprecie, reconheça-os como importantes para sua vida e se identifique com eles, desejando ser e agir de acordo com tais conteúdos (Blasi, 1995; Silva, 2020).

Quanto maior a intensidade e a frequência das projeções afetivas mobilizadas na relação entre o sujeito e o objeto de valoração, maior a probabilidade de que ele se torne um valor central para o sujeito (Araújo, 2007). A maior ou menor centralidade de um valor moral também indica estar relacionada à coordenação que estabelece com outros valores, especialmente aqueles dotados de maior centralidade – constituindo um sistema de valores -, bem como à sua integração em diferentes representações de si (Silva, 2020).

Alguns autores (Araújo, 1999; Blasi, 1995, 2004; Nisan, 1993, 2004; Silva, 2020) demonstram que *self* é uma entidade complexa, constituída por um sistema de

valores de conteúdo moral e não moral, que possuem diferentes centralidades para o sujeito. Os valores não ficam isolados, mas se coordenam uns com os outros; portanto, a centralidade de um valor deve ser concebida em relação a outros valores. Além disso, um valor pode ganhar ou perder centralidade a depender dos arranjos que diferentes contextos possam produzir. Essa proposição foi corroborada por Aquino *et al.* (2009), que evidenciaram que fatores situacionais podem ativar a identidade moral ou outras facetas da identidade pessoal, aumentando ou diminuindo a acessibilidade atual de esquemas morais no autoconceito.

Blasi (1995), numa perspectiva complementar, argumenta que os graus de integração de um valor moral no self dependerão da coordenação com outros elementos e subsistemas do self e como ele se posiciona em sua hierarquia de preferências. Dito de outra forma, segundo o autor e, conforme corroborado por Frimer e Walker (2009), se um valor é isolado do conjunto de conteúdos que constituem as representações de si, isso indica que sua importância e influência são mínimas para o sujeito.

Em um estudo qualitativo, Silva (2020) demonstrou que a centralidade de um valor moral pode se manifestar em sua integração a diferentes representações de si (por exemplo: autodefinição, eventos autobiográficos, preocupações, eu ideal, objetivos, etc.) e pela coordenação que estabelece com valores morais e não morais, constituindo um sistema coerente de conexões que organiza o senso de identidade. De acordo com o estudo, a centralidade de um valor moral se manifesta não apenas na importância que um sujeito atribui espontaneamente a valores morais em uma entrevista sobre si mesmo (Colby & Damon, 1992; Pratt et al, 2009) ou na seleção de traços morais em uma escala ou questionário fechado (Hertz & Krettenauer, 2016), mas, também, quando um valor moral se manifesta com regularidade em diferentes representações de si e se mostra coordenado com outros valores (morais e não morais).

Na pesquisa, os participantes responderam a questões abertas sobre autodefinição, preocupações e responsabilidades, objetivos de vida, experiências de vida transformadoras e presença no mundo, ou seja, questões que suscitaram a manifestação de diferentes representações de si. Alguns desses participantes mobilizaram determinado valor em diferentes representações de si, por exemplo, quando o valor da justiça social apareceu em várias respostas de um participante, como ao responder que se define como uma pessoa comprometida em promover a igualdade, que se preocupa com a miséria e que tem como objetivo de vida lutar para combater as desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero – para mencionar apenas algumas respostas.

Além disso, esses participantes deram para esses valores que foram mobilizados com regularidade significados que lhes conferiam importância, e coordenaram o valor com outros valores (morais e não-morais). Essa coordenação foi revelada

quando relacionaram diferentes valores em um mesmo enunciado ou em respostas para diferentes perguntas ou, ainda, quando mencionaram um valor como parte dos significados atribuídos a outro valor. Por exemplo, uma participante para a qual o conhecimento e a solidariedade eram valores centrais afirmou desejar ter muito conhecimento e usá-lo para ajudar as pessoas a terem uma vida melhor.

A natureza complexa e multidimensional da identidade moral também se revela nas diferentes perspectivas e abordagens adotadas para estudar esse fenômeno, como destacado por análises e revisões integrativas sobre identidade moral (Hardy & Carlo, 2011; Jennings *et al.*, 2015; Silva & Araújo, 2020). Partindo de uma revisão da literatura, defendemos que valores morais podem manifestar sua integração às representações de si não apenas por meio de um esquema generalizado de si mesmo sobre traços morais, perspectiva adotada pela maioria das pesquisas (Hertz e Krettenauer, 2016), mas de diferentes (e complementares) formas:

- Objetivos e propósitos (Colby & Damon, 1992; Frimer & Walker, 2009; Krettenauer, 2020, 2022).
- Princípios formais, normas e ideologias (Blasi, 2004; Erikson, 1968; Marcia, 1966; Moshman, 2011; Silva, 2020).
- Esquemas morais (Lapsley & Narvaez, 2004), como roteiros de ação moral (Lapsley, 2010; Lapsley & Narvaez, 2004), traços morais e protótipos (Aquino & Reed, 2002) e ideal de si moral (Hardy *et al.*, 2014).
- Crenças morais e julgamentos morais que se admite como parte de si mesmo (Blasi, 1995; Jennings *et al.*, 2015).
- Emoções morais usadas para a autodefinição e a autoestima (Araújo, 1999; Kristjánsson, 2009).
- Eventos morais biográficos, que incluem ações morais e imorais das quais se é espectador, agente ou objeto (Blasi, 2004; Lapsley, 2010; Pratt *et al.*, 2009).

A premissa de que valores morais podem ser integrados de diferentes maneiras nas representações de si foi explorada por Silva (2020) no estudo já mencionado. O autor analisou os significados atribuídos a conteúdos morais ao longo de um questionário aberto. O resultado mostrou que conteúdos morais foram integrados às representações de si das seguintes formas: atributo da identidade; ação; julgamento; eventos autobiográficos nos quais o sujeito era um agente, objeto ou espectador de ação moral ou imoral; objetivo de vida; protótipo de comportamento; ideologia política; sentimento; e projeto da sociedade. Para exemplificar, o valor da justiça social aparece integrado à representação de si como uma ação: “Com o objetivo de mudar o mundo, procuro sempre interferir em assuntos de opressão, ensinando

sobre as desigualdades sociais”; um evento biográfico: “Outra experiência que mudou minha maneira de pensar foi visitar uma ocupação sem-teto (. . .)”; um sentimento: “Sinto-me indignado e também responsável pelas pessoas que vivem na miséria e não têm acesso à educação”; um projeto social: “Para o futuro, gostaria que o machismo diminuísse (. . .) gostaria também que o conservadorismo fosse mais fraco, e que a desigualdade social, especialmente a miséria, fosse menor”; e um julgamento: “Em nosso sistema político-social, para mim, para viver como estou acostumado a viver, há milhares de pessoas vivendo em condições extremamente precárias” (Silva, 2020). Assim, um valor moral não só pode ser integrado a diferentes representações de si, mas pode ser integrado de diferentes formas, dotando-se de uma variedade de significados. Quando isso ocorre em um mesmo sujeito, demonstra não apenas o investimento na elaboração do valor, mas que este tem diferentes pontos de ancoragem no sistema de representações de si; portanto, tem consistência e centralidade para o sujeito.

Assim, a identidade moral não pode ser considerada como uma representação moral de si isolada de outras representações, mas como um sistema de representações de si constituídas por diferentes valores morais e não morais com algum grau de coordenação entre si (Araújo, 1998; Blasi, 1995; Damon & Colby, 2015; Frimer & Walker, 2009; Frimer *et al.*, 2011; Silva, 2020). Não pode, portanto, ser definida como um esquema geral sobre o tipo de pessoa moral que o sujeito quer ser (Krettenauer, 2020), embora isso possa fazer parte das representações de si, que compõem uma identidade moral ou uma de suas expressões; tampouco é um conjunto de representações de si desconexas.

13.2.4 *Diálogo: desenvolvimento moral em discussão*

Ao longo deste texto, sistematizamos diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas sobre o campo da identidade moral, cujas particularidades, diferenças e convergências denotam que a identidade moral é um fenômeno complexo que pode se manifestar e ser compreendido de diferentes maneiras. Partindo de uma leitura integradora dos estudos sobre identidade moral, propusemos a definição da identidade moral como um sistema de representações de si que integra com centralidade valores morais. Não se trata de reivindicar uma definição única e mais precisa, mas de propor outro olhar sobre esse construto, a complementar outras perspectivas.

Tal proposição se estrutura e é sintetizada por três premissas, que podem constituir parâmetros para o estudo da identidade moral:

(a) Existem diferentes representações de si que podem integrar valores morais e esta integração pode ocorrer de diferentes maneiras, ou seja, por meio dos diferentes significados que o sujeito pode atribuir aos valores;

(b) Quando essa integração ocorre em diferentes representações de si, isso dá aos valores regularidade, consistência e, conseqüentemente, é um indicador de sua centralidade no sistema de representações de si que forma a identidade;

(c) Quando tais valores morais se coordenam em algum grau entre si e com valores não morais, configura-se um sistema coerente de valores que organiza as representações de si que formam a identidade. Isto também é um indicador de sua centralidade na identidade.

Tais premissas, uma vez adotadas como parâmetros para o estudo da identidade moral, possibilitam complementar as teorias e modelos metodológicos descritos anteriormente, bem como ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento e funcionamento da identidade moral ao buscar explorar, por meio de uma abordagem microanalítica (Silva, 2020), como valores morais e não morais organizam o sistema de representações de si que configura a identidade.

Dito de outra forma, a definição da identidade moral proposta neste texto reflete um esforço para destacar a complexidade e o caráter multidimensional desse construto que tem ocupado uma posição de destaque no debate sobre o desenvolvimento moral, e aponta para a possibilidade de estudos que integrem diferentes manifestações de seu funcionamento.

Não obstante, se, de um lado, esta é uma construção teórica que permite um olhar distinto e ampliado sobre a identidade moral, que se sustenta a partir da integração de diferentes perspectivas, de outro lado, há o desafio de desenvolver pesquisas empíricas orientadas a explorar a identidade moral com este enfoque. Há estudos que atendem a algumas das premissas citadas anteriormente (Araújo, 2007; Blasi, 1995; Damon & Colby, 2015; Frimer & Walker, 2009; Frimer *et al.*, 2011; Nisan, 2004), e Silva (2020) apresenta dados relacionados a cada uma delas e as integra em suas análises. Entretanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória que precisa ser complementada, corroborada ou mesmo contestada a fim de avançarmos na compreensão da identidade moral como um sistema de representações de si que integra valores morais com centralidade.

REFERÊNCIAS

- Aquino, K., Freeman, D., Reed, A., Felps, W., & Lim, V. K. G. (2009). Testing a social-cognitive model of moral behavior: the interactive influence of situations and moral identity centrality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(1), 123-141.
- Aquino, K., & Reed, A. (2002). The self-importance of moral identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(6), 1423-1440.
- Araújo, U. F. A. (2007). Construção social e psicológica dos valores. In V. A. Arantes (Org.),

- Educação e valores: pontos e contrapontos*. pp. 17-64. Summus.
- Blasi, A. (1983). Moral cognition and moral action: a theoretical perspective. *Developmental Review*, 3(2), 178-210.
- Blasi, A. (1995). Moral understanding and moral personality: the process of moral integration. In W. M. Kurtines, & J. L. Gewirtz (Eds.), *Moral development: an introduction*. pp. 229-254. Allyn & Bacon.
- Blasi, A. (2004). Moral functioning: moral understanding and personality. In D. K. Lapsley, & D. Narvaez (Eds.), *Moral development, self, and identity*. pp. 335-347. Psychology Press.
- Blasi, A. & Glodis, K. (1995). The development of identity. A critical analysis from the perspective of the self as subject. *Development Review*, 15(4), 404-433.
- Bundick M. J. (2011). The benefits of reflecting on and discussing purpose in life in emerging adulthood. *New directions for youth development*, 2011(132), 89-11.
- Colby, A., & Damon, W. (1992). *Some do care: contemporary lives of moral commitment*. Free Press.
- Cramer, P. (2017). Identity change between late adolescence and adulthood. *Personality and Individual Differences*, 104, 538-543.
- Damon, W. (1984). Self-understanding and moral development from childhood to adolescence. In W. M. Kurtines, & J. L. Gewirtz (Eds.), *Morality, moral behavior, and moral development*. pp. 109-127. Willey.
- Damon, W. & Colby, A. (2015). *The power of ideals: the real story of moral choice*. Oxford University Press.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity: youth and crisis*. Norton.
- Fadjukoff, P., Pulkkinen, L., & Kokko, K. (2016). Identity formation in adulthood: a longitudinal study from age 27 to 50. *Identity*, 16(1), 8-23.
- Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização*. Penguin. (Trabalho original em 1929).
- Frimer, J. A., & Walker, L. J. (2009). Reconciling the self and morality: an empirical model of moral centrality development. *Developmental Psychology*, 45(6), 1669-1681.
- Frimer, J. A., Walker, L. J., Dunlop, W., L., Lee, B. H., & Riches, A. (2011). The integration of agency and communion in moral personality: evidence of enlightened self-interest. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(1), 149-163.
- Habermas, J. (1989). Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. *Estudos Avançados*, 3(7), p. 4-19.
- Hart, D., & Fegley, S. (1995). Prosocial behavior and caring in adolescence: relations to self-understanding and social judgment. *Child Development*, 66(5), 1346-1359.
- Hardy, S. A., & Carlo, G. (2011). Moral identity: what is it, how does it develop, and is it linked to moral action? *Child Development Perspectives*, 5(3), 212-218.

- Hardy, S. A., Walker, L. J., Olsen, J. A., Woodbury, R. D., & Hickman, J. R. (2014). Moral identity as moral ideal self: links to adolescent outcomes. *Developmental Psychology*, 50(1), 45-57.
- Harter, S. (2012). *The construction of the self: developmental and sociocultural foundations*. Guilford Publications.
- Hertz, S. G., & Krettenauer, T. (2016). Does moral identity effectively predict moral behavior? A meta-analysis. *Review of General Psychology*, 20(2), 129-140.
- Jennings, P. L., Mitchell, M. S., & Hannah, S. T. (2015). The moral self: a review and integration of the literature. *Journal of Organizational Behavior*, 36(51), 104-168.
- Kant, I. (2008). *A metafísica dos costumes*. 2ª ed. Edipro. (Trabalho original em 1797).
- Kingsford, J. M., Hawes, D. J., & de Rosnay, M. (2018). The moral self and moral identity: developmental questions and conceptual challenges. *The British Journal of Developmental Psychology*, 36(4), 652-666.
- Krettenauer, T. (2018). Children's moral self as a precursor of moral identity development. In C. C. Helwig (Ed.), *New perspectives on moral development*. pp. 73-87. Routledge.
- Krettenauer, T. (2020). Moral identity as a goal of moral action: a self-determination theory perspective. *Journal of Moral Education*, 49(3), 330-345.
- Krettenauer, T. (2022). Development of moral identity: from the age of responsibility to adult maturity. *Developmental Review*, 65, 101036.
- Kristjánsson, K. (2009). Putting emotion into the self: a response to the 2008 *Journal of Moral Education* special issue on moral functioning. *Journal of Moral Education*, 38(3), 255-270.
- Kochanska, G., Aksan, N., & Joy, M. E. (2007). Children's fearfulness as a moderator of parenting in early socialization: two longitudinal studies. *Development Psychology*, 43(1), 222-237.
- Kohlberg, L. (1982). Estadios morales y moralización. El enfoque cognitivo-evolutivo. *Journal for the Study of Education and Development*, 5(18), 33-51.
- Kohlberg, L. (1989). Estadios morales y moralización: el enfoque cognitivo-evolutivo. In Turiel, E.; Enesco, L.; Linaza, J. (Orgs.), *El mundo social en la mente infantil*. pp. 71-100. Alianza Editorial S.A.
- Lapsley, D. K. (2010). Moral agency, identity, and narrative in moral development: commentary on Pasupathi and Wainryb. *Human Development*, 53(2), 87-97.
- Lapsley, D. K., & Hill, P. L. (2009). The development of the moral personality. In D. Narvaez, & D. K. Lapsley (Eds.), *Personality, identity, and character: explorations in moral psychology*. pp. 185-213. Cambridge University Press.

- Lapsley, D. K., & Narvaez, D. (2004). A social-cognitive approach to the moral personality. In: D. K. Lapsley, & D. Narvaez (Eds.), *Moral development, self, and identity*. pp. 189-212. Psychology Press.
- Lapsley, D. K., & Stey, P. (2014). Moral self-identity as the aim of education. In L. Nucci, & D. Narvaez (Eds.), *Handbook of moral and character education*. pp. 84-100. Routledge.
- Marcia, J. E. (1966). Development and validation of ego identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3(5), 551-558.
- Markus, H.; Wurf, E. (1987). The dynamic self-concept: A psychological perspective. *Annual Review of Psychology*, 38, 299-337.
- McAdams, D. P. (2001). The psychology of life stories. *Review on General Psychology*, 5(2), 100-122.
- McAdams, D. P. (2009). The moral personality. In D. Narvaez, & D. K. Lapsley (Eds.), *Personality, identity, and character: explorations in moral psychology*. pp. 11-29. Cambridge University Press.
- McAdams, D. P. (2018). Narrative identity: what is it? What does it do? How do you measure it? *Imagination, Cognition and Personality*, 37(3), 359-372.
- McLean, K. C., Syed, M., Yoder, A., & Greenhoot, A. F. (2016). The role of domain content in understanding identity development processes. *Journal of Research on Adolescence*, 26(1), 60-75.
- Moshman, D. (2011). *Adolescent rationality and development: cognition, morality, and identity*. 3th ed. Taylor & Francis.
- Nisan, M. (1993). Balanced identity: morality and other identity values. In G. Noam, & T. Wren (Eds.), *The moral self*. pp. 239-266. MIT Press.
- Nisan, M. (2004). Judgment and choice in moral functioning. In D. K. Lapsley, & D. Narvaez (Eds.), *Moral development, self, and identity*. pp. 133-160. Psychology Press.
- Piaget, P. (1954). *Les relations entre l'affectivité et l'intelligence [Relations between affectivity and intelligence]*. Sorbonne.
- Power, F.C. (2004). Moral self in community. In Lapsley, D. K. & Narvaez, D. (Eds.), *Moral development, self, and identity*. pp. 47-64. Lawrence Erlbaum Associates.
- Pratt, M. W., Arnold, M. L., & Lawford, H. (2009). Growing towards care: a narrative approach to prosocial moral identity and generativity of personality in emerging adulthood. In Narvaez, D & Lapsley, D. K. (Eds.), *Personality, identity, and character: explorations in moral psychology*. pp. 295-315. Cambridge University Press.
- Pratt, M. W., Hunsberger, B., Pancer, M. S., & Alisat, S. (2003). A longitudinal analysis of personal values socialization: correlates of a moral self-ideal in late adolescence. *Social Development*, 12(4), 563-585.

- Puig, J. M. (1998). *La construcción de la personalidad moral*. Paidós.
- Schwartz, S. H. (2005). Basic human values: their content and structure across countries. In A. Tamayo & J. B. Porto (Eds.), *Valores e comportamento nas organizações [Values and behavior in organizations]*. pp. 21-55. Vozes.
- Schwartz, S. J., Luyckx, K., & Crocetti, E. (2015). What have we learned since Schwartz (2001)? A reappraisal of the field of identity development. In McLean, K. C. & Syed, M. (Eds.), *The Oxford handbook of identity development*. pp. 539-561. Oxford library of psychology.
- Silva, M. A. M. (2020). *Integração de valores morais às representações de si de adolescentes* [Tese de Doutorado]. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29092020-162754/pt-br.php>
- Silva, M. A. M., & Araújo, U. F. (2020). Self moral e identidade moral: integração entre perspectivas. *Psicologia USP*, 31, 1-10.
- Silva, M. A. M., & Danza, H. C. (2022). Purpose in life and identity: articulations and implications for education, *Educação em Revista*, 38, 1-22.
- Thompson, R. A. (2009). Early foundations: conscience and the development of moral character. In D. Narvaez & D. Lapsley (Eds.), *Personality, identity, and character: explorations in moral psychology*. pp. 159–184. Cambridge University Press.
- Vázquez, A. S. (2012). *Ética*. Civilização Brasileira. Yates, M. A., & Youniss, J. (1996). A developmental perspective on community service in adolescence. *Social Development*, 5(1), 85-111.

